

Conversão Técnico-Científica

Manual Prático para Magistrados e Servidores

Da Decisão Judicial à Produção
Científica de Alto Impacto

Rosalina Alves Nantes

2026



Transformando a Justiça pela Educação!



Transformando
o amanhã, **hoje!**

CÚPULA DIRETIVA - BIÊNIO 2026-2027
Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia

Desembargador Alexandre Miguel
Presidente

Desembargador Francisco Borges Ferreira Neto
Vice-Presidente

Desembargador Glodner Luiz Pauletto
Corregedor-Geral

Escola da Magistratura do Estado de Rondônia - Emeron

Desembargador Gilberto Barbosa Batista dos Santos
Diretor

Juiz Cristiano Gomes Mazzini
Vice-Diretor / Coordenador do CEPEP

Juiz Eduardo Abílio Kerber Diniz
Coordenador do NUPEP

Juiz Áureo Virgílio Queiroz
Coordenador do LABIN

Juiz Ivens dos Reis Fernandes
Coordenação da Subseção de Cacoal

Gisele Fernandes Rodrigues
Secretária-Geral

Bruna Lívia Timbó de Araújo Balthazar
Rodolfo Teixeira Fernandes
Organizadores

Rosalina Alves Nantes
Autora

Editora: Escola da Magistratura do Estado de Rondônia
Av. Rogério Weber, 1872, Centro
CEP: 76.801-906
Porto Velho - Rondônia-Brasil
Tel.: (69) 3309-6440
emeron.cepep@tjro.jus.br - emeron.tjro.jus.br

Editor Responsável
Eduardo Abílio Kerber Diniz

Revisão de Conteúdo
Estefano José da Cruz

Capa
Marcelo de Oliveira Cidade
Assessoria de Comunicação - ASCOM

Produção / Diagramação
Iasmim Farias Campos Lima
Centro de Pesquisa, Inovação e Publicação Acadêmica - CEPEP
Núcleo de Pesquisa e Publicação Acadêmica - NUPEP

Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei n. 9.610, de 19/2/1998. Nenhuma parte desta obra, sem autorização prévia da Escola da Magistratura ou dos autores, poderá ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, fotográficos, gravação ou outros.

Dados Internacionais deCatalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca ServidoraMaria da Conceição Peres

N273m Nantes, Rosalina Alves
Metodologia de conversão técnico-científica : manual
prático para magistrados e servidores - da decisão
judicial à produção científica de alto impacto / Rosalina
Alves Nantes. - Porto Velho : Escola da Magistratura do
Estado de Rondônia, 2026.

Publicação digital (e-book) no formato PDF.
Disponível em:
<https://emeron.tjro.jus.br/biblioteca/e-books>
ISBN 978-65-82000-00-3

1. Rondônia. Tribunal de Justiça. Escola da
Magistratura. 2. Manual prático. 3. Produção científica.
I. Título.

CDU 001.891

Sumário

Apresentação

O papel estratégico da EMERON na produção do conhecimento jurídico
Pág. 5

Como usar este manual

Percursos recomendados por perfil de leitor
Pág. 8

Fundamentação Teórica

Pilares científicos da MCTC: Demo, Libault, Wiebusch e Barreyro
Pág. 11

Módulo 1

Radar Científico
Pág. 16

Módulo 2

Conector Acadêmico
Pág. 26

Módulo 3

Oficina da Escrita
Pág. 33

Ciclo Completo MCTC

Pág. 44

Perguntas Frequentes

Pág. 46

Apresentação

A Escola da Magistratura de Rondônia (EMERON) ocupa um papel estratégico na formação continuada do Poder Judiciário estadual. Mais do que capacitar tecnicamente seus membros, a instituição tem o potencial de se posicionar como um centro de produção do conhecimento jurídico, contribuindo para o avanço da ciência do Direito no Brasil e no exterior.

Este manual nasce de uma constatação simples, porém poderosa: magistrados e servidores do judiciário de Rondônia produzem, todos os dias, conhecimento aplicado de alto valor.

Cada sentença bem fundamentada, cada acórdão que enfrenta uma questão inédita ou decisão que pondera princípios constitucionais representa um artigo científico em potencial. O desafio enfrentado não é a ausência de conteúdo intelectual, mas a necessidade de um método estruturado para essa transição.

O desenvolvimento desta Metodologia de Conversão Técnico-Científica (MCTC) é fruto direto da visão estratégica da Direção da EMERON, que permitiu e fomentou esta pesquisa. Ao valorizar o conhecimento acadêmico e incentivar a inovação institucional, esta gestão viabilizou a sistematização de um método que transforma a prática judicante em ciência aplicada de alto impacto.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Farfante'.

Para que serve este manual?

Identificar Potencial

Oferecer um método passo a passo para identificar o potencial acadêmico de decisões judiciais

Transpor Linguagem

Orientar a transposição da linguagem processual para a linguagem científica

Ferramentas Práticas

Apresentar fluxogramas, tabelas e checklists que tornam o processo concreto e acessível

Publicação de Alto Impacto

Preparar os autores para publicação em periódicos de alto impacto (Qualis CAPES)

Como Pedro Demo (1997, p. 40) observou, a pesquisa está relacionada com a "vontade de viver, de sobreviver, de mudar, de transformar, de recomeçar". Este manual é, antes de tudo, um convite a essa transformação: a de juristas que já são pesquisadores, mas que ainda não se reconhecem como tal.

Os Três Módulos da MCTC

A Metodologia de Conversão Técnico-Científica está organizada em três módulos sequenciais que constroem uma ponte entre a prática judicante e a produção acadêmica.



Módulo 1

O Radar Científico

Identificação do potencial acadêmico da decisão



Módulo 2

O Conector Acadêmico

Correlação com o debate científico existente



Módulo 3

A Oficina da Escrita

Redação e transposição para linguagem científica



Como Usar Este Manual

Este manual foi concebido para utilização prática, podendo ser utilizado integralmente, do início ao fim, ou módulo por módulo, conforme as necessidades de cada autor.

Para quem se destina

Magistrados

Juizes e desembargadores do Poder Judiciário de Rondônia. O manual apoia a organização da fundamentação e a identificação de caminhos para convertê-la em produção científica. Também ajuda a dar maior clareza ao percurso entre a decisão judicial e a escrita acadêmica.

Servidores

Assessores e servidores do Poder Judiciário de Rondônia. O conteúdo oferece um roteiro útil para transformar o trabalho técnico já desenvolvido no cotidiano em texto com estrutura científica. Isso facilita a sistematização de ideias, argumentos e referências.

Pesquisadores

Coordenadores de pesquisa vinculados à EMERON, ao CEPEP ou ao NUPEP. O manual contribui para aproximar a prática institucional do campo de pesquisa, favorecendo a leitura analítica das decisões e sua exploração acadêmica. Também funciona como apoio para orientar autores em diferentes etapas do processo de escrita.

Duas formas de leitura

Leitura Linear

Indicada para quem está começando do zero e deseja percorrer os módulos em sequência. Essa forma de uso favorece a compreensão progressiva da metodologia e da lógica de encadeamento entre as etapas. É a opção mais adequada para acompanhar o manual como um percurso completo.

Leitura Modular

Indicada para quem já tem familiaridade com pesquisa e prefere acessar diretamente o módulo de interesse. Esse caminho permite consulta objetiva, conforme a necessidade do momento. Também é útil quando se deseja retomar apenas uma etapa específica do processo.



Qualquer pessoa que produza fundamentação técnica e queira transformá-la em produção científica encontrará aqui um roteiro aplicável à sua realidade. Trata-se de um material acessível a diferentes perfis de autores, sempre que haja o propósito de organizar, aprofundar e converter o trabalho técnico em escrita científica.

Percursos Recomendados por Perfil

Este manual foi desenhado para ser flexível, permitindo que cada leitor encontre o ponto de entrada mais adequado ao seu nível de experiência e ao objetivo imediato que pretende alcançar. A leitura pode ser feita de forma sequencial ou seletiva, conforme a necessidade de cada percurso.

Perfil do leitor	Percurso sugerido
Nunca publicou um artigo científico	Leia a Fundamentação Teórica e siga os módulos 1, 2 e 3 na ordem. Ao final, você terá uma visão progressiva do método e das etapas necessárias para transformar uma ideia em escrita científica.
Já publicou, mas quer aprimorar a triagem de temas	Foque no Módulo 1 (Radar Científico). Priorize as partes voltadas à seleção e ao refinamento do tema, retomando os pontos centrais sempre que precisar comparar possibilidades de pesquisa.
Tem uma decisão e quer transformá-la em artigo	Aplique o checklist do Módulo 1, depois vá direto ao Módulo 3. Esse percurso ajuda a verificar a consistência inicial da decisão e a encaminhar a escrita com maior objetividade.
Coordenador de pesquisa ou tutor	Leia a Visão Integrada (Ciclo MCTC) e os fluxogramas. Esses materiais oferecem uma leitura de conjunto e facilitam o acompanhamento do processo como referência para orientar autores em diferentes etapas.

Dicas para aproveitar melhor o manual

→ Marque o checklist à medida que avança para acompanhar, de forma objetiva, o que já foi percorrido.

→ Use os fluxogramas como guia rápido de revisão quando precisar retomar a lógica geral do percurso.

→ Retorne ao Módulo 1 sempre que estiver selecionando uma nova decisão ou refinando um tema de pesquisa.

→ Consulte o Guia de Linguagem ao redigir para manter consistência conceitual e precisão na escrita.



O avanço no uso do manual tende a ocorrer de modo progressivo, à medida que a leitura se articula com a prática e com as necessidades concretas de cada autor. Esse processo de aprendizagem é contínuo e se fortalece sempre que o conteúdo é retomado com propósito definido.

Ícones e Marcadores usados neste manual

► FLUXOGRAMA

Representa etapas sequenciais de um processo.

⚠️ ATENÇÃO

Ponto crítico que merece cuidado especial.

✓ CHECKLIST

Lista de verificação para autoavaliação.

★ EXEMPLO PRÁTICO

Trecho ilustrativo baseado em situação fictícia.

◆ DICA METODOLÓGICA

Orientação estratégica complementar.

Todo o conteúdo deste manual está ancorado na fundamentação teórica do Relatório de Entrega da Ferramenta de Conversão Científica (EMERON, 2025), especialmente nas obras de Demo (1997), Libault (1971), Wiebusch e Rosário Lima (2018) e Barreyro e Lima (2022).

Fundamentação Teórica

Antes de aplicar a metodologia, é fundamental compreender os pilares teóricos que a sustentam. A MCTC não é uma receita arbitrária: ela foi construída a partir de uma teoria consolidada da pesquisa científica e adaptada ao contexto específico da magistratura.

Esses pilares dialogam com autores e tradições consolidadas da pesquisa científica, o que permite compreender não apenas como a metodologia funciona, mas também como justificá-la academicamente quando necessário. Nesse sentido, a base teórica da MCTC oferece ao autor um referencial seguro para orientar sua prática e sustentar suas escolhas metodológicas com coerência.

Os três pilares teóricos da MCTC

Pilar 1

A concepção de pesquisa como reconstrução do conhecimento, em Pedro Demo (1997).

Pilar 2

A teoria dos quatro níveis da pesquisa, em André Libault (1971), que estrutura os módulos da MCTC.

Pilar 3

A inovação pedagógica como articulação entre teoria e prática, em Wiebusch e Rosário Lima (2018).



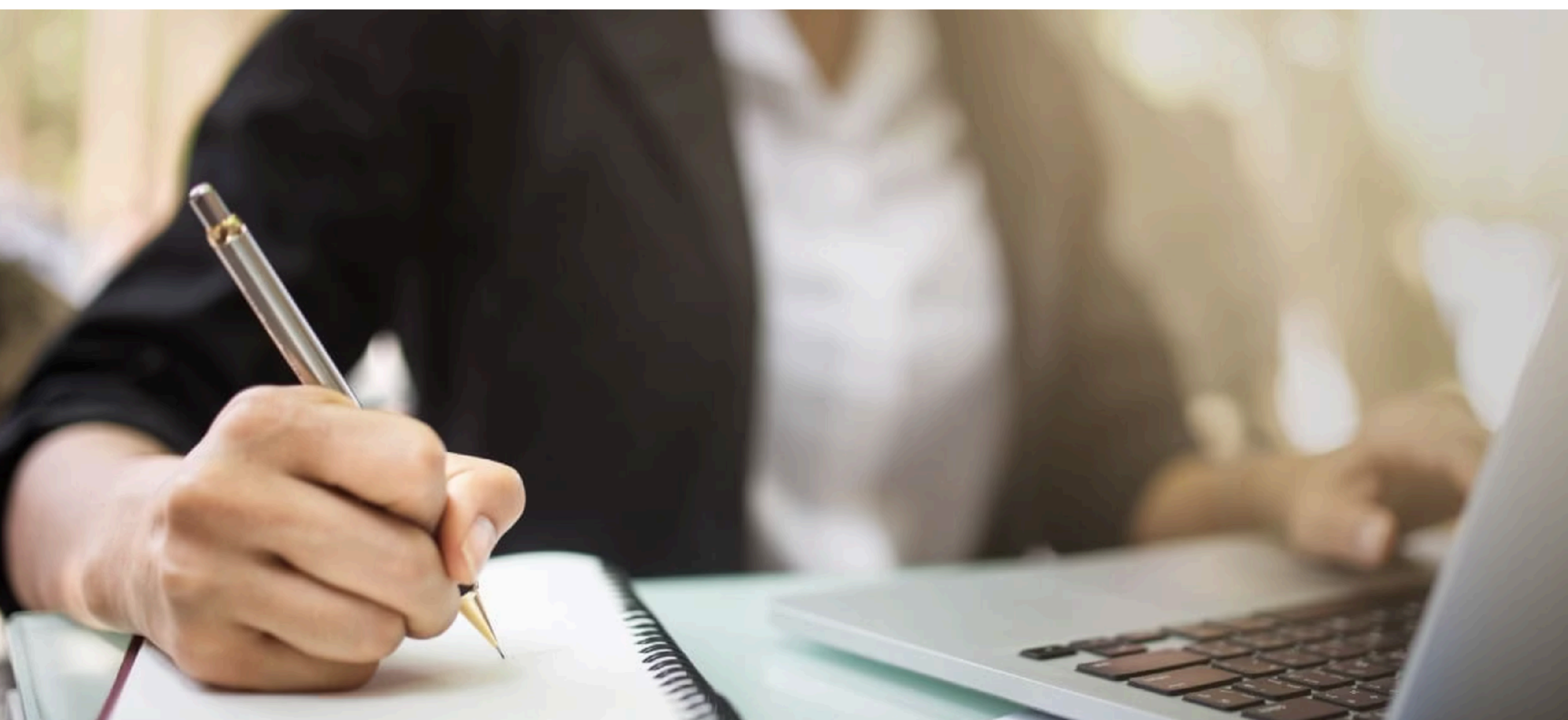
Nas seções seguintes, o leitor poderá aprofundar cada um desses pilares e compreender de que modo eles se articulam na estrutura da MCTC.

O que é Pesquisa, Afinal?

Pedro Demo (1997) define pesquisa como o **esforço sistemático de reconstrução do conhecimento**, o processo pelo qual o sujeito não apenas descreve a realidade, mas é capaz de questioná-la e transformá-la. Sob essa perspectiva, a pesquisa não é um privilégio exclusivo de professores universitários.

Ela está presente em toda atividade intelectual rigorosa, inclusive, e especialmente, na **atividade jurisdicional**.

Quando um magistrado enfrenta uma questão jurídica inédita, pondera princípios constitucionais em colisão ou recusa a aplicar um precedente que considera inadequado ao caso concreto, ele está realizando, em essência, um **ato de pesquisa aplicada**.



Os Quatro Níveis da Pesquisa (Libault, 1971)

A estrutura central da MCTC repousa sobre a teoria dos quatro níveis de pesquisa proposta por André Libault (1971), adaptada para o universo jurídico. Cada módulo da metodologia corresponde a um ou mais desses níveis.

Nível	Descrição	Correspondência na MCTC
Compilatório	Prospecção e inventário dos dados brutos; levantamento do estado da arte.	Módulo 1: triagem das decisões e identificação do potencial acadêmico.
Correlatório	Estabelecimento de nexos causais entre os dados e o ordenamento jurídico-social.	Módulo 2: correlação da decisão com linhas de pesquisa, periódicos e tendências.
Semântico	Mudança do código linguístico; compreensão dos significados e formas de representação.	Módulo 3: transposição da linguagem decisória para a linguagem científica.
Normativo	Proposição de padrões e soluções; retorno do conhecimento à sociedade.	Módulo 3 (conclusão): proposição de avanços doutrinários e melhorias na prestação jurisdicional.



Por que Decisões Judiciais têm Potencial Científico?

Antes de serem convertidas em artigo, as decisões judiciais já revelam um processo de raciocínio analítico rigoroso. Quando esse material é trabalhado com o método adequado, ele pode ser transposto do plano decisório para o campo científico.



Conhecimento Aplicado

A atividade jurisdicional, em sua essência, produz conhecimento aplicado. Ela resolve controvérsias complexas e, com frequência, inova ao interpretar o Direito frente a novas realidades sociais e tecnológicas. Esse tipo de produção intelectual não se limita a aplicar normas: ele também organiza argumentos, identifica problemas e constrói respostas juridicamente qualificadas.



A Lacuna de Método

A lacuna entre o que os magistrados produzem cotidianamente e o que chega a se tornar um artigo publicado não é uma lacuna de conteúdo — é uma lacuna de método, de linguagem e de estratégia editorial. Em outras palavras, muitas decisões já contêm densidade analítica suficiente, mas ainda não foram organizadas segundo a forma exigida pela produção científica.



Inserção em Redes

Como apontam Barreyro e Lima (2022), a produção intelectual de qualidade exige inserção em redes de pesquisa e alinhamento com padrões de excelência reconhecidos internacionalmente. Isso significa que o potencial científico da decisão também depende de sua capacidade de dialogar com um campo mais amplo de debate acadêmico e institucional.



A MCTC existe precisamente para preencher essa lacuna de método, oferecendo ao magistrado um caminho estruturado da decisão ao artigo científico.

Inovação Pedagógica e a Escrita Científica

Wiebusch e Rosário Lima (2018) destacam que a inovação nas práticas pedagógicas no ensino superior passa, necessariamente, pela capacidade de articular teorias complexas com situações reais e de promover o engajamento dos sujeitos com o processo de produção do conhecimento.

A MCTC incorpora essa perspectiva ao propor que a própria prática jurisdicional seja o ponto de partida da reflexão científica. Não se trata de transformar magistrados em acadêmicos de gabinete, mas de reconhecer que a atividade judicante já é, por sua natureza, um exercício intelectual sofisticado.

Nesse contexto, a inovação pedagógica não se limita a uma questão de método de ensino: ela implica uma reconfiguração do papel do magistrado como produtor ativo de conhecimento jurídico, e não apenas como aplicador da lei. É justamente essa reconfiguração que a MCTC busca operacionalizar, ao transformar a experiência jurisdicional em base estruturada para a escrita científica.

O que muda com a abordagem pedagógica da MCTC?

Da transmissão à produção

O magistrado deixa de ser receptor passivo de conhecimento e passa a ser produtor ativo.

Da prática isolada à reflexão sistemática

A decisão judicial deixa de ser um fim em si mesma e passa a ser ponto de partida para a análise científica.

Do saber tácito ao saber explícito

O conhecimento acumulado na prática forense é formalizado e compartilhado com a comunidade acadêmica.



Com essa perspectiva pedagógica, a EMERON reafirma seu objetivo maior de posicionar o Poder Judiciário de Rondônia como produtor de conhecimento jurídico de referência.

Módulo 1 - O Radar Científico

TRIAGEM E IDENTIFICAÇÃO

O primeiro módulo da MCTC tem como objetivo responder a uma pergunta fundamental: **esta decisão tem potencial para se tornar um artigo científico?** O Radar Científico é o instrumento de triagem que permite fazer essa avaliação de forma objetiva e sistemática.

Checklist em 3 Eixos

Relevância da Controvérsia, Densidade da Fundamentação e Alinhamento Estratégico. Esses três eixos organizam a análise inicial da decisão e ajudam a identificar se há matéria suficiente para o desenvolvimento de uma reflexão científica consistente. Na prática, o checklist evita avaliações intuitivas ou dispersas.

Pontuação Orientativa

Indica o potencial acadêmico da decisão avaliada de forma objetiva. Essa pontuação não pretende encerrar a análise, mas oferecer um parâmetro comparável entre diferentes decisões. Com isso, torna-se mais fácil reconhecer quais casos merecem maior aprofundamento e quais exigem apenas uma leitura mais breve.

Diagnóstico Inicial

Serve de ponto de partida para os módulos seguintes da MCTC. O diagnóstico sintetiza, preliminarmente, a viabilidade científica da decisão e orienta as etapas subsequentes do trabalho. Além de auxiliar o autor na compreensão dos pontos de maior densidade argumentativa, permite identificar os aspectos que ainda demandam refinamento na construção textual.

Importa destacar que o Radar Científico não opera como um filtro eliminatório, mas como um instrumento de orientação. Mesmo decisões com pontuação baixa podem ser aproveitadas parcialmente, e o diagnóstico cumpre justamente a função de direcionar o esforço do autor para as decisões com maior potencial de impacto acadêmico.

Como o Radar se conecta aos demais módulos?



Módulo 1 Radar Científico

Triagem e seleção da decisão com potencial para investigação científica.



Módulo 2 Conector Acadêmico

Mapeamento da literatura e formulação do problema de pesquisa.



Módulo 3 Oficina da Escrita

Redação e transposição da experiência jurisdicional para a linguagem científica.



O Módulo 1 é o ponto de partida obrigatório da MCTC, independentemente do perfil ou da experiência prévia do autor.

Eixo I - Relevância da Controvérsia

Este eixo avalia o problema que a decisão resolveu. Um bom artigo científico parte sempre de uma pergunta de pesquisa relevante, e a controvérsia judicial pode ser exatamente essa pergunta.

Critério	Pergunta-chave	Potencial acadêmico
Ineditismo	A decisão aborda uma lei recente, uma tecnologia disruptiva (como IA no Judiciário) ou uma lacuna legislativa ainda não pacificada pelos tribunais superiores?	ALTO. Temas inéditos desbravaram novos campos de estudo e oferecem análises primárias, altamente valorizadas em periódicos Qualis A1-B1.
Conflito de Normas	Houve necessidade de realizar ponderação de princípios constitucionais, solucionar uma antinomia relevante ou aplicar o diálogo das fontes?	ALTO. A análise de conflitos normativos é um exercício clássico da ciência do Direito, com grande potencial para aprofundar teorias da argumentação jurídica.
Impacto Social ou Econômico	A decisão afeta um grupo vulnerável, um setor estratégico, uma política pública relevante ou altera uma prática de mercado estabelecida?	MÉDIO a ALTO. Decisões com impacto tangível fornecem material rico para análises interdisciplinares.



Por que o Ineditismo é o Critério de Maior Peso?

★ Exemplo Prático – Ineditismo

Situação fictícia: Um juiz da comarca de Porto Velho julga ação de indenização movida por consumidor prejudicado por decisão automatizada de crédito tomada por algoritmo bancário, sem intervenção humana. A LGPD é aplicada em conjunto com o Código de Defesa do Consumidor.

Por que tem potencial? A interseção entre LGPD, decisão automatizada e responsabilidade civil é um campo ainda em formação na jurisprudência brasileira – dois dos maiores atratores de publicação em periódicos jurídicos atuais.

Isso não significa, porém, que o tema precise ser absolutamente novo na literatura. O ineditismo pode estar na abordagem, no recorte ou na perspectiva adotada pelo autor. Em outras palavras, uma decisão sobre matéria já debatida ainda pode revelar ineditismo quando apresenta um ângulo analítico que a doutrina ou a jurisprudência não tenham explorado de forma suficiente.

Como identificar o ineditismo na sua decisão?

→ Esta decisão aplica norma, princípio ou técnica de forma inédita ou pouco explorada?

→ A decisão dialoga com legislação recente ainda sem consolidação doutrinária (ex.: LGPD, Marco Civil, reforma processual)?

→ O tema foi tratado sob perspectiva regional ou contextual específica (ex.: Amazônia Legal, realidade de Rondônia)?

→ Há lacuna identificável na literatura sobre o problema que a decisão resolveu?



Atenção: o ineditismo deve ser verificado no Módulo 2 (Conector Acadêmico), por meio do mapeamento da literatura existente. Não é possível afirmar ineditismo sem pesquisa bibliográfica prévia.

Eixo II - Densidade da Fundamentação

O segundo eixo desloca o foco do o quê para o como. Aqui, a análise recai sobre a qualidade e a profundidade dos argumentos utilizados na decisão. Uma fundamentação densa é o alicerce do futuro artigo.

Critério	Pergunta-chave	Potencial acadêmico
Diálogo das Fontes	A fundamentação utilizou doutrina estrangeira, princípios de Direito Internacional, jurisprudência de cortes internacionais ou conceitos de outras áreas do saber?	ALTO. O uso de fontes não convencionais demonstra erudição e abre portas para pesquisas de direito comparado.
Superação de Precedente	A decisão aplicou 'distinguishing' ou 'overruling' para se afastar de uma jurisprudência dominante, apresentando argumentos novos e sólidos?	ALTO. A análise crítica de precedentes é tema central no Direito pós-CPC/2015.
Raciocínio Analítico	O texto da decisão já contém uma análise crítica que ultrapassa a simples citação de artigos de lei e ementas, explorando as consequências da aplicação da norma?	MÉDIO. A existência de raciocínio analítico estruturado serve como ponto de partida sólido para o referencial teórico do artigo.

- **distinguishing:** O distinguishing acontece quando o juiz ou tribunal olha para um precedente e percebe que, embora ele pareça se aplicar ao caso atual, os fatos são diferentes. Como os fatos não batem 100%, o juiz decide que aquela regra antiga não se aplica ao processo atual. O precedente continua vivo e valendo para todo mundo, mas não para aquele caso específico.
- **overruling:** O overruling é muito mais radical. Ele acontece quando um tribunal superior decide que um precedente antigo está completamente superado e não deve mais ser aplicado a caso nenhum, seja por uma mudança social ou tecnológica ou mudança jurídica.

Exemplo Prático – Superação de Precedente

★ EXEMPLO PRÁTICO – Distinguishing bem fundamentado

A Situação Fictícia

Em ação de alimentos, uma desembargadora aplica a técnica do **distinguishing** para se afastar de precedente do STJ que inadmitia prisão civil de devedor de alimentos em pandemia. A decisão distingue as circunstâncias do caso concreto (devedor que continuou recebendo salário integral) das circunstâncias que motivaram o precedente (devedores em situação de vulnerabilidade econômica comprovada).

Por que tem Potencial?

O distinguishing bem fundamentado demonstra domínio da teoria dos precedentes e fornece um '**problema de pesquisa**' concreto: quando e como é legítimo distinguir para afastar um precedente protetivo?

Trata-se de uma questão com alta densidade teórica e relevância jurisprudencial.

Da Decisão ao Artigo – Esboço de Estrutura

01 Título sugerido

Distinguishing em matéria alimentar pós-pandemia: limites e critérios para a superação de precedentes protetivos no CPC/2015

03 Metodologia sugerida

Pesquisa jurídico-dogmática com análise de caso, revisão bibliográfica em bases Qualis A e B, e análise de jurisprudência comparada do STJ e TJRO.

02 Problema de pesquisa

Em que medida a aplicação do distinguishing para afastar precedente protetivo do STJ, em contexto de normalidade econômica do devedor, é compatível com o sistema de precedentes vinculantes do CPC/2015?

04 Periódico-alvo sugerido

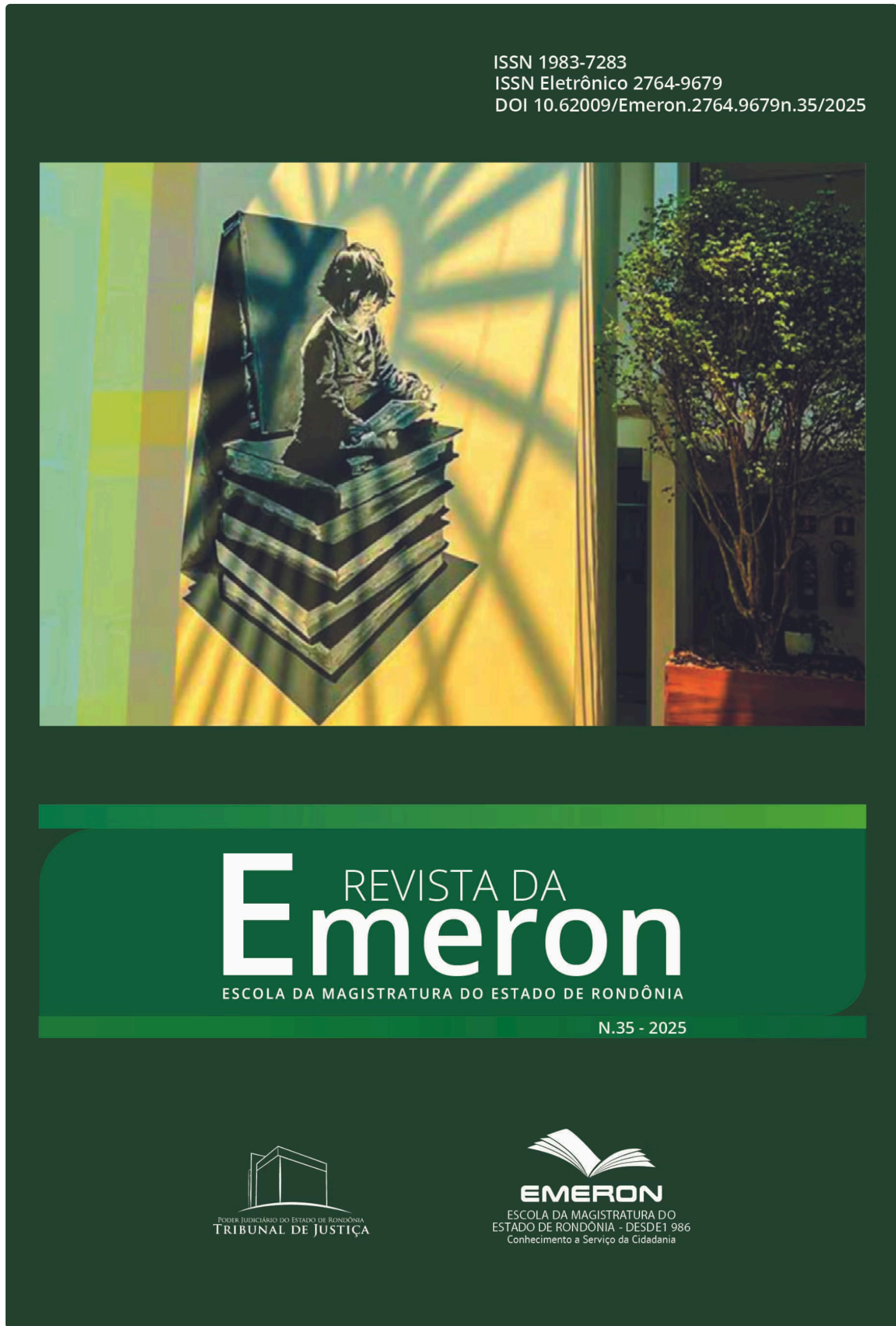
Revista de Processo (RT), Qualis A1 – ou, como primeira publicação, **Revista da EMERON**.

Este exemplo mostra que uma decisão rotineira de Câmara Cível pode conter, em seu interior, um problema de pesquisa de alto impacto, desde que o autor saiba identificá-lo com o método adequado.

Eixo III - Alinhamento Estratégico

O terceiro eixo desloca o foco do conteúdo para a 'publicabilidade' do tema. Um trabalho de excelência precisa encontrar o veículo de divulgação adequado para gerar impacto.

Critério	Pergunta-chave	Potencial acadêmico
Linha de Pesquisa EMERON/CEPEP	O tema se encaixa em áreas prioritárias como: Precedentes e Tecnologias; Direitos Humanos e Criminologia; Meio Ambiente, Família e Sociedade?	ALTO. O alinhamento institucional aumenta sinergicamente as chances de publicação na Revista da EMERON.
Tendências Qualis CAPES	A temática está entre os assuntos mais publicados em revistas jurídicas de extrato A1 a B1 nos últimos dois anos?	MÉDIO a ALTO. Conhecer as tendências editoriais ajuda a posicionar o artigo de forma mais atrativa.
Potencial de Replicação	A solução jurídica adotada pode ser considerada uma 'boa prática' replicável em outras comarcas, estados ou países?	ALTO. Artigos que propõem soluções práticas possuem grande valor e potencial de citação.



A Revista da Escola da Magistratura do Estado de Rondônia (Revista da Emeron)

Linhas de Pesquisa Prioritárias da EMERON (CEPEP)

O Centro de Pesquisa e Publicação (CEPEP) é o órgão responsável por orientar a produção científica da EMERON, fortalecendo a articulação entre pesquisa, publicação e demanda institucional. As linhas de pesquisa abaixo foram definidas com base nas questões jurídicas mais relevantes para o Poder Judiciário de Rondônia e para a realidade amazônica, de modo a ampliar a pertinência acadêmica e o impacto social dos trabalhos desenvolvidos.

Sistema Nacional de Precedentes

Fundamentos do sistema de precedentes do CPC/2015, divergências conceituais na aplicabilidade, celeridade processual. Também as pesquisas sobre como compatibilizar a força dos precedentes com a individualização do direito, quais as carências técnicas e normativas para o sistema operar corretamente e como o TJRO tem aplicado o mecanismo de precedentes do CPC/2015 em suas decisões.

Direitos Humanos, Criminologia e Execução Penal

Encarceramento em massa, ressocialização, violência doméstica, direitos de grupos vulneráveis. Essa linha também abrange investigações sobre os efeitos da superlotação carcerária em Rondônia sobre a ressocialização, como o TJRO tem decidido casos de violência doméstica em contexto rural e qual o perfil das medidas protetivas concedidas na comarca de Porto Velho.

Meio Ambiente, Família e Sociedade

Direito ambiental amazônico, novas configurações familiares, direitos de povos originários. Cabem ainda estudos sobre como o Judiciário rondoniense tem tratado conflitos fundiários em terras indígenas, quais os critérios adotados pelo TJRO para reconhecimento de novas entidades familiares e como a jurisprudência local dialoga com o Marco Legal da Biodiversidade.

Administração Judiciária e Tecnologia

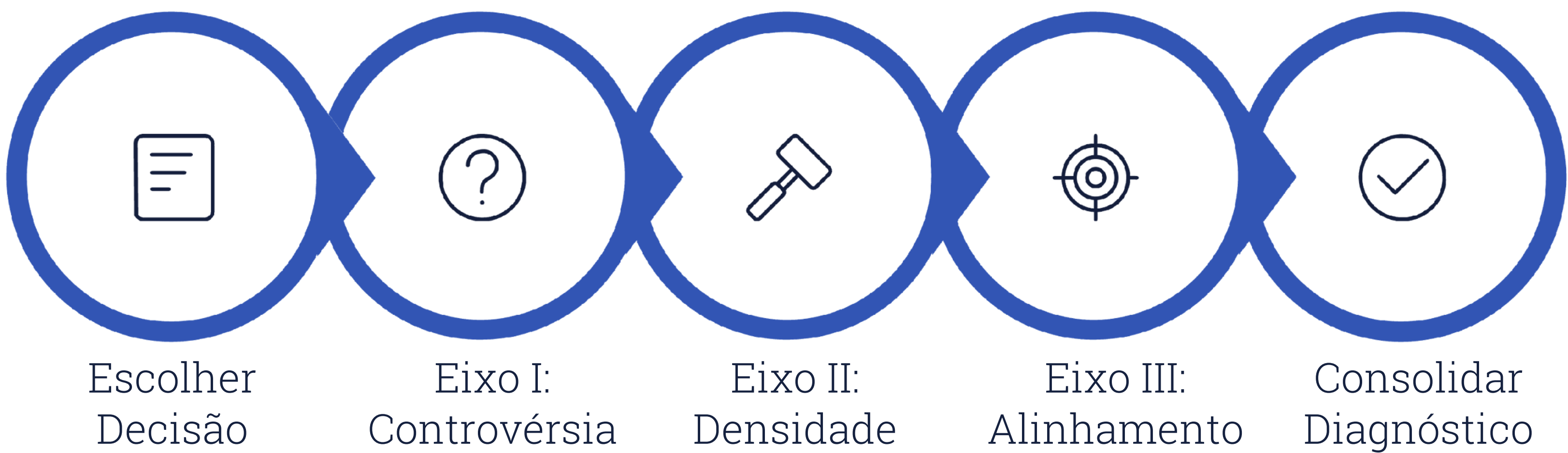
Gestão e estratégia organizacional, planejamento e avaliação baseada em resultados, inovação tecnológica nos serviços judiciais. Pesquisas sobre produtos tecnológicos aplicáveis ao aperfeiçoamento dos serviços administrativos e judiciais, viabilidade de um laboratório de inovação em tecnologias judiciais na Amazônia e como o TJRO tem buscado parcerias, inclusive internacionais, para aumentar a eficiência da prestação jurisdicional no estado.



Decisões e pesquisas que se enquadrem em uma dessas linhas têm prioridade de publicação na Revista da EMERON e nas obras coletivas do CEPEP. No Eixo III do Radar Científico, o alinhamento estratégico com essas linhas é um critério central de avaliação da publicabilidade do tema.

Fluxograma do Módulo 1 - O Radar Científico

O fluxograma abaixo representa a sequência operacional do Módulo 1 e organiza, de forma prática, os passos iniciais da análise científica. Cada etapa corresponde a uma ação concreta que o autor deve realizar antes de avançar para o Módulo 2, permitindo uma triagem mais segura da decisão escolhida.



Escolher Decisão	Selecionar uma decisão recente (preferencialmente dos últimos 5 anos) que tenha gerado dúvida interpretativa, inovação argumentativa ou aplicação de norma controvertida. Evitar decisões meramente homologatórias ou de rotina processual.
Eixo I: Controvérsia	Responder às três perguntas do Eixo I: a decisão resolveu uma controvérsia relevante? O tema é inédito ou pouco explorado? Há lacuna na literatura identificável?
Eixo II: Densidade	Verificar se a fundamentação cita doutrina, jurisprudência e legislação de forma articulada. Contar o número de fontes utilizadas e avaliar se os argumentos são analíticos (e não apenas descritivos).
Eixo III: Alinhamento	Verificar se o tema se enquadra em alguma linha de pesquisa do CEPEP e se há periódico Qualis A ou B que publique sobre o tema. Consultar a tabela de linhas prioritárias da EMERON.
Consolidar Diagnóstico	Somar os critérios atendidos no checklist (máximo 9). Se ≥ 7 : potencial alto – avançar para o Módulo 2. Se 5–6: potencial médio – revisar a decisão ou buscar outra. Se < 5 : potencial baixo – selecionar nova decisão.



O tempo médio para completar o Módulo 1 é de 1 a 2 horas, e o checklist pode ser preenchido diretamente na tabela do quadro a seguir.

Checklist do Radar Científico

Utilize a tabela abaixo para registrar sua avaliação. Marque 'Sim' para cada critério claramente presente na decisão analisada.

	Critério	Presente?	Observação
1	Ineditismo: tema inédito ou lacuna legislativa não pacificada	() Sim () Não	
2	Conflito de Normas: ponderação de princípios ou diálogo das fontes	() Sim () Não	
3	Impacto Social/Econômico: afeta grupos vulneráveis ou setores estratégicos	() Sim () Não	
4	Diálogo das Fontes: uso de doutrina estrangeira ou interdisciplinar	() Sim () Não	
5	Superação de Precedente: distinguishing ou overruling fundamentado	() Sim () Não	
6	Raciocínio Analítico: análise crítica que vai além da lei seca	() Sim () Não	
7	Linha de Pesquisa EMERON: alinhamento com áreas prioritárias do CEPEP	() Sim () Não	
8	Tendências Qualis CAPES: tema publicado em revistas A1-B1 nos últimos 2 anos	() Sim () Não	
9	Potencial de Replicação: solução pode ser 'boa prática' em outras comarcas	() Sim () Não	
TOTAL DE CRITÉRIOS PRESENTES (máximo 9)		___ / 9	



Interpretação do Resultado Radar Científico

A pontuação obtida no checklist do Radar Científico deve ser lida como um diagnóstico orientador, e não como um veredito definitivo sobre a viabilidade acadêmica da decisão. O objetivo é direcionar o esforço do autor para os casos com maior probabilidade de gerar impacto acadêmico consistente.



Abaixo de 5 critérios

Potencial baixo para esta decisão específica. Considere selecionar outro caso ou aprofundar a fundamentação original. Ainda assim, a decisão pode ser aproveitada como exemplo ilustrativo em um artigo baseado em outra decisão principal, ou utilizada como contraponto argumentativo.



5 a 6 critérios

Potencial moderado. Avalie se o tema pode ser enriquecido com pesquisa adicional antes de prosseguir. Identifique qual eixo está mais fraco – Controvérsia, Densidade ou Alinhamento – e verifique se há como fortalecer aquele critério, por exemplo, buscando literatura adicional que confirme a lacuna ou identificando um periódico mais específico para o tema.



7 a 9 critérios

Alto potencial acadêmico. Prossiga imediatamente para o Módulo 2. Registre os descritores identificados no Eixo I e leve-os diretamente para o Passo 1 do Módulo 2, voltado à extração de descritores para busca acadêmica.



Módulo 2 - O Conector Acadêmico

CORRELAÇÃO E POSICIONAMENTO

Após identificar o potencial acadêmico de uma decisão pelo Radar Científico, o segundo módulo da MCTC orienta o magistrado ou servidor a **posicionar essa decisão dentro do debate acadêmico existente**. A premissa fundamental, formulada por Demo (1997), é que 'pesquisar é dialogar com autoridades': antes de escrever, é necessário saber o que já foi dito sobre o tema. O Conector Acadêmico, porém, não se limita a uma etapa de revisão bibliográfica. Ele é o momento em que a controvérsia judicial começa a ser convertida em um problema de pesquisa cientificamente formulado, com a identificação da lacuna que o artigo pretende preencher e dos autores com quem ele efetivamente irá dialogar. Em outras palavras, é aqui que a decisão deixa de ser apenas um caso interessante e passa a ser situada em uma discussão acadêmica mais ampla, com contornos analíticos mais precisos.

O que o Módulo 2 faz?

Mapear

Levantamento da produção acadêmica existente sobre o tema da decisão, usando bases de dados como Google Scholar, Scielo, Capes Periódicos e Plataforma Sucupira

Conectar

Identificação dos autores, correntes doutrinárias e debates teóricos com os quais o artigo irá dialogar

Formular

Construção do problema de pesquisa e da hipótese central do artigo, a partir da lacuna identificada na literatura

O resultado do Módulo 2 é um verdadeiro mapa acadêmico do tema: um conjunto estruturado de descritores, referências centrais e uma pergunta de pesquisa clara, capaz de orientar a redação com maior precisão e coerência. Esse mapeamento funciona como a base de trabalho para o Módulo 3, no qual a escrita passa a ser desenvolvida a partir de um terreno intelectual já delimitado.



O Módulo 2 é o que diferencia um artigo científico de um mero comentário jurisprudencial: é ele que garante que o trabalho dialogue com a comunidade acadêmica e não apenas com o processo judicial de origem.

O que o Módulo 2 Entrega?

Mapeamento da Produção Acadêmica ¹

Levantamento da produção acadêmica existente sobre o tema da decisão

Identificação de Linhas de Pesquisa

Identificação das linhas de pesquisa institucionais (CEPEP/EMERON) mais adequadas

Periódicos-Alvo

Indicações de periódicos-alvo para submissão do futuro artigo

Problema de Pesquisa

Formulação de um problema de pesquisa bem delimitado e de uma revisão de literatura estratégica

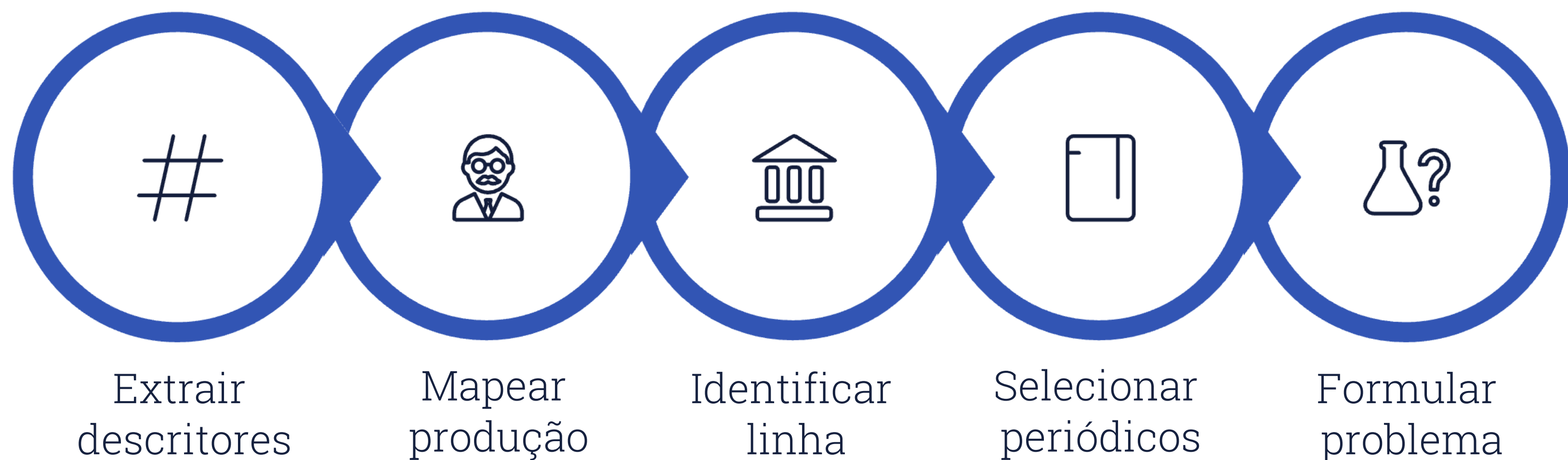


SOBRE O STATUS TECNOLÓGICO: A EMERON desenvolve, em tratativas iniciais entre a CTIC, o LabIn e o NUPEP, uma plataforma tecnológica de mineração de metadados que automatizará parcialmente as etapas deste módulo. Até que essa ferramenta esteja disponível, este manual oferece um roteiro manual completo com ferramentas digitais gratuitas já disponíveis.



Os Cinco Passos do Conector Acadêmico

O Módulo 2 se organiza em cinco passos sequenciais que conduzem o autor da controvérsia judicial identificada no Módulo 1 até a formulação de um problema de pesquisa cientificamente válido. Cada etapa foi pensada para transformar a leitura da decisão em um percurso metodológico progressivo, com apoio de ferramentas digitais gratuitas.



Extrair descritores

Identificar de 3 a 5 termos-chave extraídos diretamente da decisão: o instituto jurídico central, a norma aplicada, o contexto fático relevante e o tribunal de origem. Ex.: "distinguishing", "alimentos", "precedente vinculante", "CPC/2015", "TJRO".

Mapear produção

Realizar buscas nas bases Google Scholar, Scielo e Capes Periódicos usando os descritores em combinações booleanas (ex.: "distinguishing AND alimentos AND precedente"). Registrar os 10 artigos mais citados e os 5 mais recentes sobre o tema.

Identificar linha

Verificar em qual linha de pesquisa do CEPEP o tema se enquadra e quais autores nacionais são referência naquele campo. Identificar se há correntes doutrinárias divergentes que o artigo precisará posicionar.

Selecionar periódicos

Consultar a Plataforma Sucupira para identificar 3 periódicos Qualis A ou B que publiquem sobre o tema. Verificar escopo, prazo de submissão e normas de formatação de cada um.

Formular problema

Redigir a pergunta de pesquisa em uma única frase interrogativa que delimite o objeto, indique a lacuna e aponte o recorte metodológico. Ex.: "Em que medida a aplicação do distinguishing para afastar precedente protetivo do STJ, em contexto de normalidade econômica do devedor, é compatível com o sistema de precedentes vinculantes do CPC/2015?"

O tempo médio para completar os cinco passos do Módulo 2 é de 4 a 8 horas. As oficinas da  EMERON oferecem suporte presencial para as etapas de mapeamento e formulação do problema.

Como Extrair Bons Descritores?

A qualidade dos descritores define a qualidade da busca acadêmica. Um descritor eficiente deve ser: **específico** o suficiente para filtrar resultados irrelevantes; amplo o suficiente para capturar a literatura central; e preferencialmente em **português e em inglês**.

Tema da decisão	Descritores em português	Descritores em inglês
Decisão automatizada por algoritmo e responsabilidade civil	Decisão algorítmica, LGPD, responsabilidade civil, IA judiciária	Algorithmic decision, civil liability, GDPR, automated decision-making
Prisão civil de devedor de alimentos (distinguishing)	Alimentos, prisão civil, distinguishing, precedente STJ, vulnerabilidade econômica	Child support, civil imprisonment, legal precedent, distinguishing
Danos ambientais na Amazônia Legal	Dano ambiental, Amazônia Legal, reparação, princípio do poluidor-pagador	Amazon, environmental damage, polluter pays principle, reparation

Para que essa busca seja eficaz, a metodologia MCTC estabelece **três diretrizes fundamentais**:

- 1.O Equilíbrio da Precisão A qualidade da busca depende de um ajuste fino entre dois extremos:
 - Especificidade: Deve ser restrito o suficiente para filtrar o "ruído" (resultados irrelevantes que não tratam do tema jurídico central).
 - Abrangência: Deve ser amplo o suficiente para não excluir a literatura clássica e as teorias de base que sustentam o tema.
- 2.A Estratégia de Termos (Técnico vs. Processual) O manual orienta que se evitem termos processuais genéricos, como "ação de indenização", substituindo-os por termos doutrinários ou conceitos de Direito Material, como "responsabilidade civil algorítmica". Isso ocorre porque a produção científica foca na controvérsia jurídica e não apenas no rito do processo.
- 3.A Necessidade do Bilinguismo A inclusão de termos em inglês não é apenas um exercício acadêmico, mas uma necessidade estratégica, pois a produção internacional nessa língua é vasta e oferece perspectivas que enriquecem o referencial teórico do artigo.

Como Formular o Problema de Pesquisa?

★ Exemplo Prático

Decisão fictícia: Juiz de Porto Velho condena banco a reparar danos morais sofridos por cliente que teve crédito negado exclusivamente por decisão algorítmica, sem revisão humana.

Problema formulado: "Em que medida a ausência de revisão humana em decisões de crédito tomadas por algoritmos bancários configura violação ao direito à explicação previsto na LGPD, e quais os critérios jurídicos para a fixação do dano moral decorrente dessa violação?"



Para que uma dúvida jurídica se transforme em um problema de pesquisa viável, ela deve passar por quatro filtros essenciais:

Elemento	Na Decisão Judicial (Prática)	No Problema de Pesquisa (Científico)
Foco	Resolver o conflito entre as partes (Lide).	Resolver uma dúvida teórica ou omissão normativa.
Linguagem	Resolutiva e afirmativa.	Questionadora e analítica.
Alcance	Efeito entre as partes do processo.	Contribuição para a comunidade jurídica geral.



Ferramentas Digitais de Apoio

Enquanto a plataforma tecnológica da EMERON não está disponível, as ferramentas gratuitas abaixo permitem realizar o mapeamento acadêmico com eficiência. Todas são acessíveis por navegador, sem necessidade de cadastro pago.

Ferramenta	Função principal	Como usar neste módulo
Google Scholar	Busca geral de artigos científicos	Pesquise pelos descritores, filtre por data (últimos 5 anos), ordene por relevância. Use 'Citado por' para encontrar artigos que citam os mais relevantes.
Semantic Scholar	Busca avançada com análise de influência	Permite identificar os artigos mais influentes de uma área e as redes de citação. Ideal para mapear autores de referência no tema.
Research Rabbit	Mapeamento visual de redes de citação	Insira os artigos-base encontrados e visualize graficamente como eles se conectam a outros trabalhos. Excelente para identificar lacunas na literatura.
Portal de Periódicos CAPES	Acesso a periódicos Qualis A1-B1	Permite acesso gratuito a artigos completos de periódicos internacionais. Use para acessar textos pagos identificados nas buscas anteriores.
Plataforma Sucupira	Verificação de classificação Qualis	Pesquise o periódico-alvo para verificar sua classificação Qualis CAPES atual antes de submeter o artigo.

A Plataforma Futura – Visão do Conector Acadêmico

A EMERON pode desenvolver, em conjunto com a CTIC, o LabIn e o NUPEP, uma solução tecnológica integrada que automatizará as etapas do Conector Acadêmico.



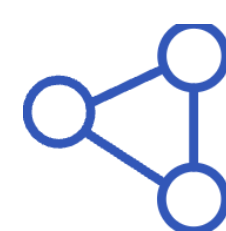
Análise de Aderência Temática

O magistrado insere os descritores da decisão e recebe um diagnóstico automático de alinhamento com as linhas de pesquisa do CEPEP e com as tendências Qualis CAPES.



Sugestão de Veículos e Gap Editorial

Identificação de periódicos que publicam o tema e análise de lacunas ainda não exploradas na literatura.



Mapeamento de Pares e Redes

Identificação automática de autores, periódicos e grupos de pesquisa que trabalham com o mesmo tema.



Relatório de Inteligência Acadêmica

Documento gerado automaticamente com todos os insumos necessários para iniciar a escrita do artigo. Integração futura com o SEI.



DICA METODOLÓGICA: Até que a plataforma esteja disponível, siga o roteiro manual da seção 2.1. O processo manual, embora mais trabalhoso, tem a vantagem de aprofundar o conhecimento do autor sobre a literatura da área — o que se refletirá diretamente na qualidade da revisão de literatura do artigo.

Módulo 3 - A Oficina da Escrita

REDAÇÃO E TRANSPOSIÇÃO

O terceiro módulo é o coração da MCTC: é aqui que **a linguagem técnico-decisória é transmutada em linguagem acadêmica-analítica**. A transposição estrutural não é meramente formal. Trata-se de um processo de reconstrução do conhecimento, no qual o magistrado, ao converter o relatório em introdução e o dispositivo em contribuição científica, exercita o que Demo (1997) denomina 'pesquisa-educação' como princípio formativo.

Nesse sentido, a oficina da escrita tem como objetivo central transformar a experiência jurisdicional em texto acadêmico rigoroso, coerente e comunicável à comunidade científica. O foco não é apenas “reescrever” o que já foi produzido, mas reorganizar o material decisório em uma nova arquitetura argumentativa, orientada por problema, hipótese, método e contribuição.

O desafio da transposição, portanto, é duplo: de um lado, preservar a densidade técnica e a fidelidade ao caso concreto; de outro, converter essa base em linguagem analítica, capaz de dialogar com a literatura e produzir conhecimento generalizável. Não se trata de um exercício de estilo, mas de uma operação cognitiva e epistemológica que exige seleção, síntese, hierarquização e explicitação das relações entre fato, norma e interpretação.

A oficina se desenvolve, em linhas gerais, em três etapas complementares:

- (1) transposição estrutural**, na qual se reorganizam os elementos da decisão em seções acadêmicas;
- (2) adaptação da linguagem**, com substituição de fórmulas decisórias por enunciados analíticos e conceituais; e
- (3) normalização acadêmica**, que adequa o texto às exigências de citação, formatação e consistência metodológica.

Ao final, o autor deixa de ser apenas o redator de uma decisão e assume plenamente a condição de pesquisador. É essa passagem — da prática institucional à reflexão sistematizada — que confere legitimidade científica ao texto e aprofunda o seu valor formativo, em consonância com a perspectiva de Demo (1997) sobre a pesquisa como princípio de aprendizagem, produção de sentido e construção crítica do conhecimento.

Quadro de Transposição Estrutural

Cada elemento de uma decisão judicial possui um correspondente em um artigo científico. O quadro a seguir mostra essa equivalência e orienta a adaptação necessária em cada caso.

Elemento da decisão	Seção do artigo	Como adaptar
Relatório (partes, histórico, objeto da lide)	Introdução e Problema de Pesquisa	Extraia o problema jurídico central e reformule-o como pergunta de pesquisa. Apresente a relevância do tema, a lacuna a ser preenchida e os objetivos do artigo. Remova os nomes das partes e a linguagem adversarial.
Fundamentação (análise normativa, doutrina, jurisprudência)	Referencial Teórico e Revisão de Literatura	Aprofunde os conceitos utilizados na decisão, dialogue com a doutrina nacional e estrangeira e apresente as diferentes correntes de pensamento. A revisão deve ser crítica, não meramente descritiva.
Dispositivo (conclusão da lide, provimento ou não)	Análise do Caso e Discussão dos Resultados	Discuta a aplicação do direito ao caso concreto sob perspectiva acadêmica. Avalie as implicações e consequências da solução adotada, os fundamentos que a sustentam e sua contribuição para o campo.
Dispositivo (parte resolutiva) + tese jurídica	Conclusão e Contribuição Científica	Retome o problema de pesquisa, sintetize os principais achados e apresente a contribuição científica da decisão.
Referências (legislação, doutrina, precedentes citados)	Referências Bibliográficas (ABNT)	Converta as referências processuais para o formato ABNT. Acrescente a produção acadêmica levantada no Módulo 2 e remova referências exclusivamente processuais sem relevância doutrinária.

Guia de Linguagem e Estilo

A transição entre a linguagem processual e a linguagem científica é o maior desafio da conversão. As diferenças não são apenas formais: elas refletem propósitos comunicativos distintos.

Aspecto	Na decisão judicial	No artigo científico
Pessoa verbal	Terceira pessoa ("O juiz entende...") ou primeira pessoa do plural formal	Terceira pessoa impessoal obrigatória. Ex: "O presente trabalho analisa..."
Tom	Persuasivo e resolutivo: a decisão precisa convencer as partes e encerrar o conflito.	Analítico e aberto: o artigo apresenta argumentos, reconhece limitações e convida ao debate.
Citações	Preferência por ementas de jurisprudência e artigos de lei. Doutrina é acessória.	Preferência por doutrina (livros, artigos). Jurisprudência é ilustrativa ou objeto de análise.
Estrutura argumentativa	Premissa (norma) + Subsunção (fato) + Conclusão (dispositivo).	Problema + Revisão + Análise + Conclusão. A conclusão deve responder à pergunta de pesquisa.
Tamanho	Variável. Pode ser muito longa em casos complexos.	Entre 15 e 25 páginas (norma ABNT). Geralmente entre 6.000 e 12.000 palavras.



Os Quatro Mandamentos da Escrita Científica Jurídica

01

Objetividade

Cada parágrafo deve ter uma ideia central. Evite frases com mais de 3 linhas. Use conectivos lógicos (portanto, contudo, ademais, dessa forma) em vez de vírgulas em cascata.

02

Impessoalidade

Nunca escreva 'entendemos', 'defendemos', 'acreditamos'. Use 'o presente estudo demonstra', 'a análise indica', 'a decisão revela'.

03

Criticidade

Não basta descrever o que a lei diz ou o que o tribunal decidiu. O artigo deve avaliar, questionar, propor. Use expressões como 'essa solução, embora tecnicamente correta, apresenta limites quando...'

04

Fundamentação

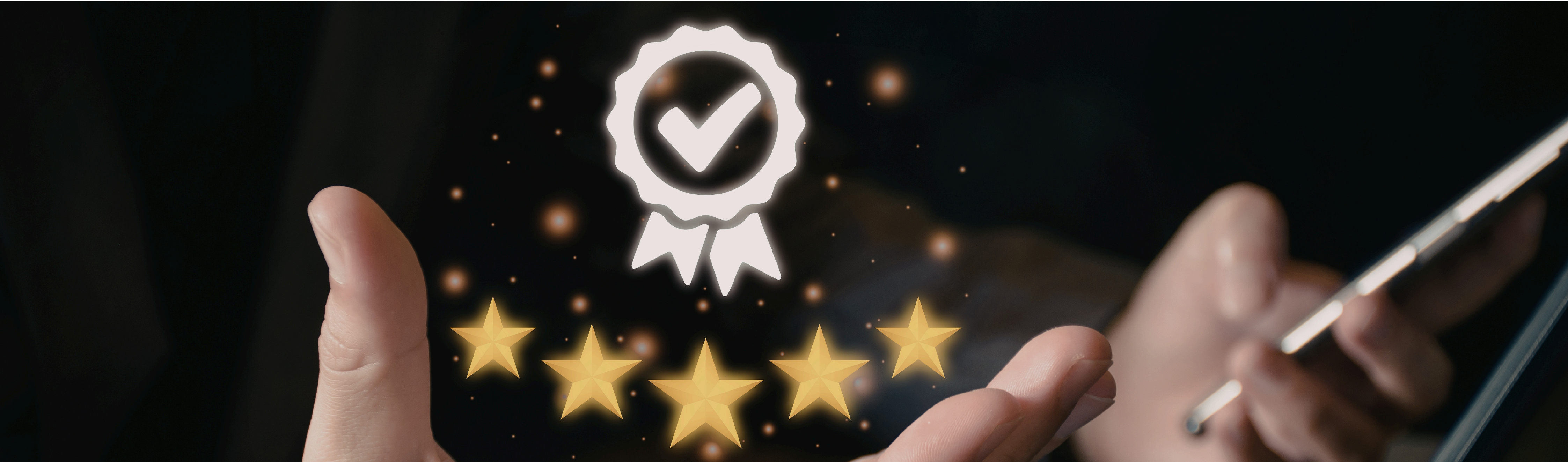
Toda afirmação relevante deve ser suportada por uma citação (autora, ano) ou por um argumento lógico explicitamente desenvolvido. O artigo científico é uma conversa com a comunidade acadêmica.



Normas ABNT Essenciais para Artigos Jurídicos

A credibilidade acadêmica de um artigo depende, em parte, da correta aplicação das normas de citação e referência. As normas ABNT mais relevantes para artigos jurídicos são a **NBR 6022** (artigo científico), **NBR 6023** (referências) e **NBR 10520** (citações em documentos).

Tipo de citação	Como fazer (ABNT NBR 10520)	Exemplo
Citação direta curta (até 3 linhas)	Entre aspas, no próprio parágrafo, com (Sobrenome, ano, p. XX)	A pesquisa é "o esforço de reconstrução do conhecimento" (Demo, 1997, p. 40).
Citação direta longa (mais de 3 linhas)	Parágrafo recuado a 4 cm da margem esquerda, sem aspas, fonte menor (10pt), sem itálico.	Ver modelo comentado na seção 3.3.
Citação indireta (paráfrase)	Sem aspas, com (Sobrenome, ano) ao final, sem número de página.	A pesquisa científica tem função transformadora que vai além da descrição da realidade (Demo, 1997).
Citação de jurisprudência	Tribunal, número do processo, relator, data, órgão julgador – tudo nas referências.	O STJ consolidou entendimento de que... (Brasil. STJ, REsp n. 1.XX.XXX, rel. Min. XX, j. XX/XX/XXXX).
Legislação	País (ex: BRASIL), nome da lei, número, data, ementa resumida.	BRASIL. Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018. Institui a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (...)



Modelo Comentado de Artigo – Título e Resumo

Como Construir o Título

O título deve:

- Ser específico e informativo
- Conter as palavras-chave centrais do artigo
- Ter entre 10 e 20 palavras
- Evitar jargões processuais

Como Redigir o Resumo

O resumo deve conter entre 150 e 250 palavras e incluir:

- Contextualização do tema (1-2 frases)
- Problema de pesquisa (1 frase)
- Metodologia utilizada (1-2 frases)
- Principais resultados e conclusões (2-3 frases)
- Contribuição do trabalho (1 frase)



Atenção: Deve ser redigido em terceira pessoa, sem citações. Palavras-chave: de 3 a 5 termos separados por ponto e vírgula.



Exemplo Prático de Resumo Comentado

A seguir, apresenta-se um exemplo fictício, porém realista, de resumo para artigo jurídico, com comentários sobre a função de cada parte.

Resumo. A expansão dos sistemas de inteligência artificial no setor financeiro tem ampliado o uso de decisões automatizadas na concessão de crédito, suscitando debates sobre transparência, discriminação algorítmica e proteção de dados pessoais. Nesse contexto, o presente artigo analisa em que medida a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais impõe limites à tomada de decisão automatizada e assegura ao titular o direito à explicação. Para tanto, adota-se o método dedutivo, com pesquisa bibliográfica e documental, a partir da análise da legislação brasileira, de doutrina especializada e de enunciados jurisprudenciais pertinentes. Conclui-se que, embora a LGPD represente avanço normativo relevante, sua efetividade depende da harmonização com princípios como boa-fé, não discriminação e transparência, bem como do aprimoramento dos mecanismos de fiscalização e de governança algorítmica. Sustenta-se, por fim, que a tutela do titular exige interpretação sistemática do microssistema de proteção de dados, em diálogo com os direitos fundamentais da personalidade.

Palavras-chave: inteligência artificial; crédito bancário; LGPD; transparência algorítmica; direito à explicação.

Comentário da Estrutura

- **Contextualização:** apresenta o cenário de expansão da inteligência artificial no setor financeiro e delimita o tema.
- **Problema:** explicita a questão central sobre os limites da LGPD e o alcance do direito à explicação.
- **Metodologia:** informa o método dedutivo e as fontes utilizadas, conferindo rigor científico ao texto.
- **Resultados:** sintetiza a principal conclusão, destacando os limites e desafios de efetividade da norma.
- **Conclusão:** indica a necessidade de interpretação sistemática e de integração com direitos fundamentais.

Observações de Redação

- O texto é redigido em terceira pessoa e evita expressões subjetivas.
- Não há citações diretas nem indiretas, conforme a prática recomendada para resumos acadêmicos.
- As palavras-chave foram escolhidas com base nos conceitos centrais do artigo.
- O conteúdo do resumo sintetiza o trabalho sem reproduzir o desenvolvimento argumentativo completo.

Erros Comuns no Título e no Resumo

- **Títulos vagos ou genéricos:** não indicam com precisão o objeto de estudo, dificultando a identificação do recorte temático.
- **Títulos excessivamente longos:** prejudicam a clareza e tornam a leitura pouco objetiva.
- **Uso de linguagem processual:** expressões como “pedido”, “requerimento”, “ação” ou “sentença” devem ser evitadas quando não forem essenciais ao enfoque científico.
- **Resumo descritivo em vez de sintético:** o resumo não deve narrar a estrutura do artigo capítulo por capítulo, mas apresentar suas partes essenciais.
- **Ausência de problema de pesquisa:** sem a pergunta central, o resumo perde densidade acadêmica.
- **Omissão da metodologia:** a falta de indicação do método enfraquece a credibilidade científica do texto.
- **Conclusões genéricas:** afirmações amplas, sem indicar o resultado efetivo da análise, reduzem a força do resumo.
- **Palavras-chave irrelevantes:** termos muito amplos ou pouco conectados ao conteúdo comprometem a indexação do artigo*.
- **Citações no resumo:** em regra, devem ser evitadas, pois o resumo deve ser autônomo e objetivo.
- **Excesso de adjetivação:** linguagem opinativa ou valorativa enfraquece o tom científico exigido.

Em síntese, o título deve orientar a leitura com precisão, enquanto o resumo deve condensar, de forma clara e objetiva, o problema, o método, os achados e a contribuição do artigo.

- Recomenda-se quando possível, a utilização dos descritores do Tesouro do STF:
<https://portal.stf.jus.br/jurisprudencia/tesouro/pesquisa.asp>

Modelo Comentado

Introdução (400 - 700 palavras)

01

Deve contextualizar o tema no debate jurídico atual; apresentar o problema de pesquisa como pergunta explícita; justificar a relevância do estudo; apresentar a hipótese inicial; descrever a metodologia utilizada; e antecipar a estrutura do artigo.

★ Elemento-chave: "Diante desse cenário, o presente trabalho busca responder à seguinte questão: em que medida a ausência de revisão humana em decisões automatizadas de crédito configura violação ao direito à explicação previsto nos artigos 20 e 22 da LGPD?"

Referencial Teórico/Revisão da Literatura

02

Esta seção corresponde à fundamentação da decisão, mas com lógica inversa: em vez de justificar uma solução já tomada, o referencial teórico mapeia o estado do conhecimento e posiciona o problema de pesquisa dentro desse mapa.

Deve incluir: os principais conceitos; as diferentes correntes doutrinárias; os principais precedentes jurisprudenciais relevantes; e as lacunas na literatura que o artigo se propõe a preencher.



Modelo Comentado

Análise do Caso / Discussão dos Resultados

01

Esta é a seção mais original do artigo. A análise deve: apresentar os fatos relevantes do caso de forma objetiva e despersonalizada (sem nomes das partes); analisar como os fundamentos teóricos se aplicam ao caso concreto; identificar pontos de convergência e divergência com a literatura; e discutir as implicações da solução adotada para além do caso concreto.

Trecho ilustrativo: 'A decisão em análise inova ao reconhecer que a ausência de revisão humana, por si só, configura violação ao artigo 20 da LGPD, independentemente da demonstração de prejuízo concreto. Essa interpretação expande o escopo do direito à explicação para além da esfera contratual, aproximando-o da tradição europeia do GDPR...'

Conclusão (300 - 500 palavras)

02

A conclusão deve: retomar o problema de pesquisa inicial; sintetizar os principais achados da análise (sem repetir literalmente o que foi dito); responder à pergunta de pesquisa de forma clara; apresentar a contribuição científica do trabalho; e indicar as limitações do estudo e possíveis desdobramentos para pesquisas futuras.

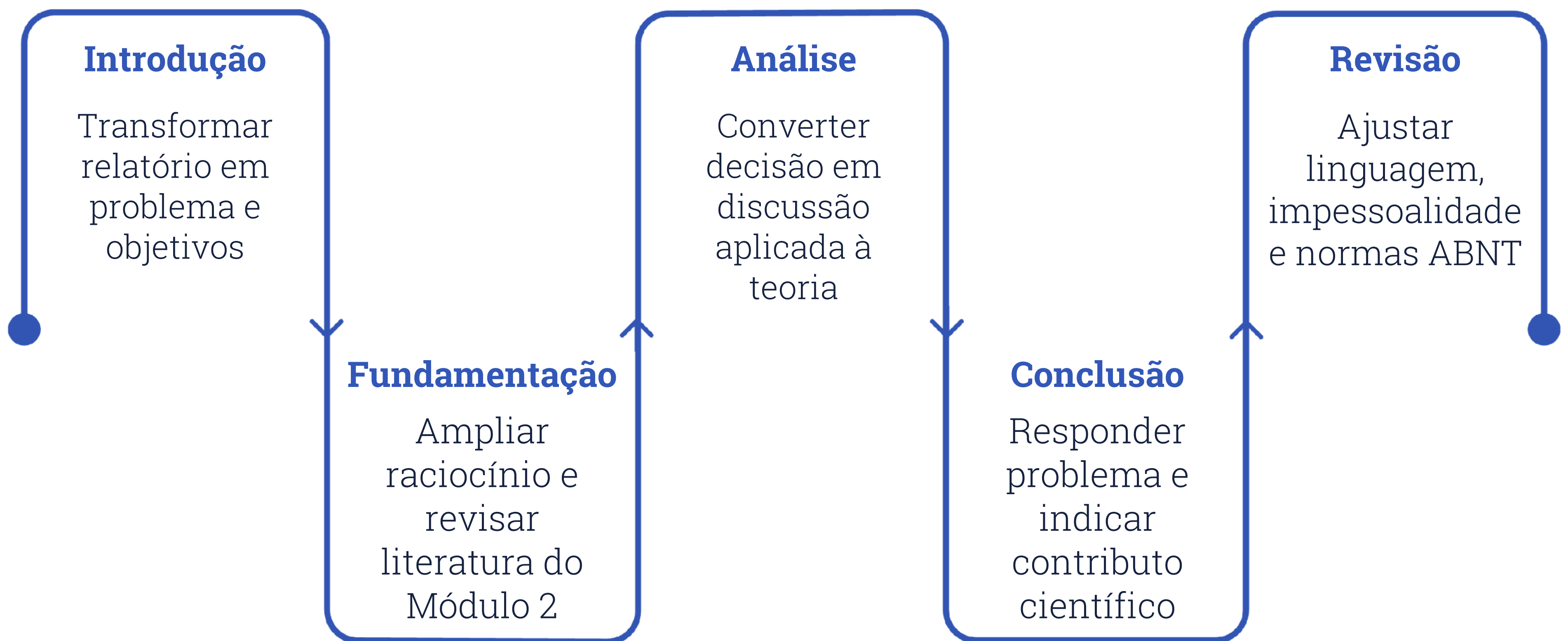
ATENÇÃO: A conclusão não é espaço para novas ideias ou argumentos.



Embora possa haver um parágrafo com indicações para futuras pesquisas.

Tudo que aparece na conclusão deve ter sido desenvolvido nas seções anteriores.

Fluxograma do Módulo 3 – Da Decisão ao Artigo



Introdução

Reescrever o relatório em termos de problema de pesquisa, objetivo geral e recorte temático, deixando claro o foco analítico do artigo.

Fundamentação

Expandir o raciocínio jurídico com referências acadêmicas do Módulo 2, articulando doutrina, legislação e contribuições teóricas relevantes.

Análise

Aplicar a teoria aos fatos do caso, identificar convergências e tensões com a literatura e sustentar a interpretação com base argumentativa.

Conclusão

Responder à pergunta de pesquisa, sintetizar os achados e explicitar a contribuição científica produzida a partir do caso analisado.

Revisão

Ajustar a linguagem para manter impessoalidade, coesão e precisão técnica, além de conferir a conformidade com as normas da ABNT.

Submissão

Selecionar o periódico-alvo e realizar o envio pela plataforma indicada, como ScholarOne ou SEER/OJS, observando as exigências editoriais.

Ciclo Completo MCTC – Visão Integrada

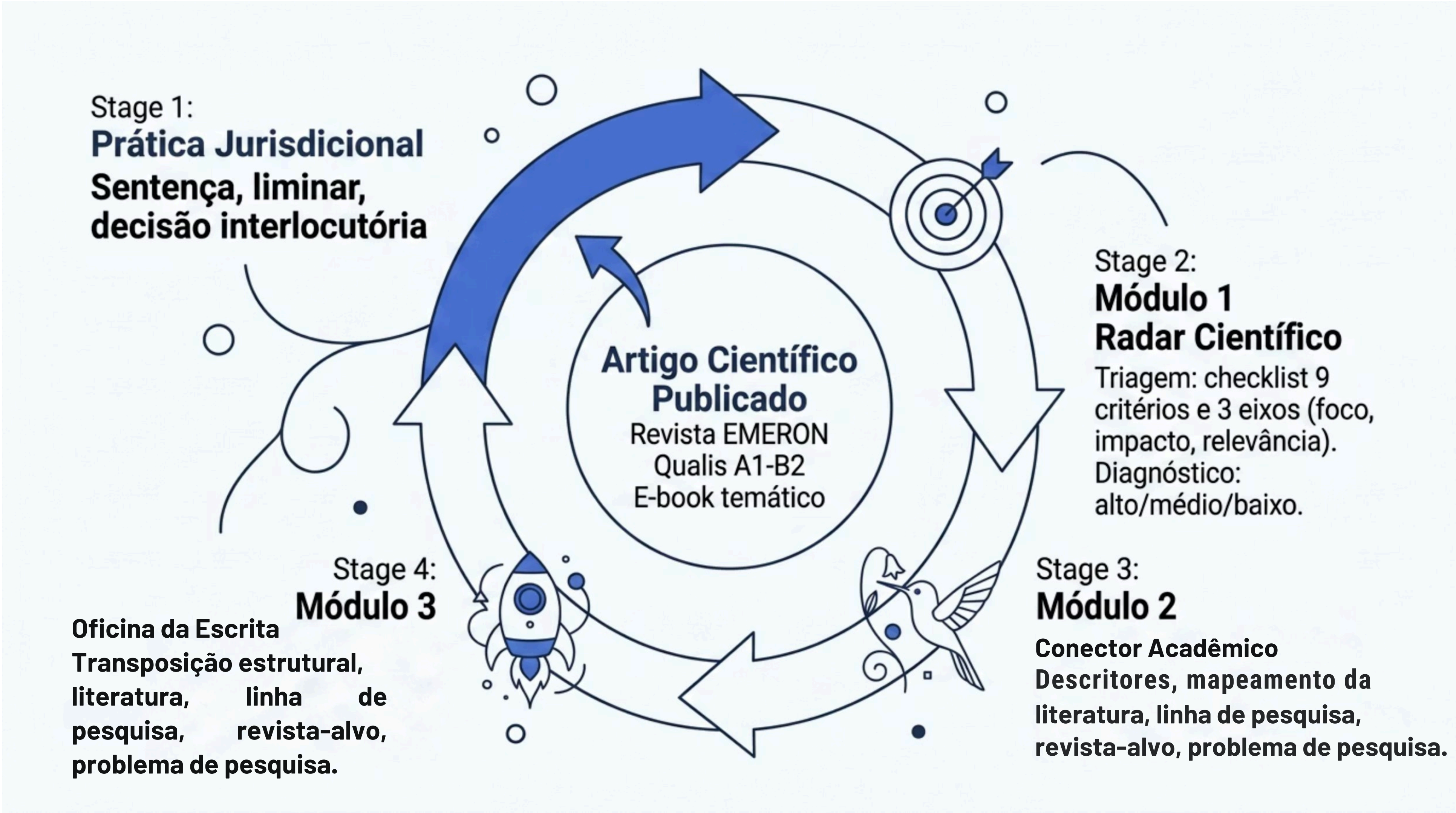
Os três módulos da Metodologia de Conversão Técnico-Científica formam um ciclo virtuoso contínuo. O resultado de cada ciclo alimenta o próximo, criando uma cadeia de produção intelectual que conecta a prática judicante à ciência jurídica.



Esse percurso é autossustentável e se retroalimenta: cada artigo publicado amplia o repertório de questões, categorias e hipóteses disponíveis para nova identificação pelo **Radar Científico**, reiniciando o processo em um nível mais sofisticado. Nessa perspectiva, a pesquisa-educação proposta por Demo (1997) oferece o fundamento teórico desse movimento virtuoso, ao integrar produção de conhecimento, reflexão crítica e aprendizagem permanente.

Em sua dimensão institucional, a adoção coletiva do **ciclo MCTC** por magistrados e servidores da EMERON transforma a escola em um verdadeiro centro produtor de conhecimento, fortalecendo de modo contínuo a capacidade científica do Poder Judiciário de Rondônia e ampliando sua presença no debate jurídico-acadêmico.

Fluxograma Geral – Ciclo Completo da MCTC



O impacto do ciclo é duplo: cada artigo publicado contribui para o avanço do conhecimento jurídico e, ao mesmo tempo, retroalimenta a prática jurisdicional com novos referenciais teóricos e metodológicos.



Perguntas Frequentes

A seguir, respondemos às dúvidas mais comuns de magistrados, pesquisadores e operadores do direito que desejam utilizar a MCTC para transformar suas decisões em produção científica de alto impacto.

Preciso ter experiência com pesquisa acadêmica para usar este manual?

Não. O manual foi elaborado exatamente para quem tem domínio técnico-jurídico, mas pouca ou nenhuma experiência com produção científica. O Módulo 1 ajuda a identificar o potencial de uma decisão específica, e o Módulo 3 oferece um modelo comentado que pode ser seguido passo a passo. A curva de aprendizado é suave para quem já produz decisões bem fundamentadas.

Posso usar uma decisão muito antiga, de anos atrás?

Em princípio, sim, desde que o tema ainda seja relevante no debate jurídico atual. Lembre-se, porém, que periódicos de alto impacto valorizam estudos que dialogam com a produção acadêmica recente. Uma decisão antiga sobre tema que ganhou nova importância (por exemplo, uma decisão sobre privacidade de dados antes da LGPD) pode ser muito interessante, desde que a análise seja feita à luz do quadro normativo e doutrinário atual.

Uma decisão colegiada (acórdão) pode ser usada da mesma forma que uma sentença?

Sim. Os acórdãos têm, em geral, maior potencial acadêmico do que as sentenças, porque costumam envolver fundamentação mais extensa e frequentemente tratam de questões controversas levadas em grau de recurso. O mesmo método do Radar Científico se aplica. No caso de acórdãos, é importante indicar claramente no artigo se a análise se concentra na posição majoritária ou se também discute os votos dissidentes (que podem ser particularmente ricos para a discussão acadêmica).

Posso transformar uma decisão em que eu não fui a julgadora ou o julgador?

Sim. O artigo científico pode analisar qualquer decisão de interesse público (as quais são, por regra, públicas). Nesse caso, o artigo se enquadra na categoria de 'análise de julgados' ou 'comentário de jurisprudência', que é um gênero acadêmico reconhecido e valorizado. A diferença é que o autor analisará a decisão de fora, sem a perspectiva de quem a prolatou, o que exige uma postura ainda mais analítica e eventualmente crítica.

O artigo precisa ser favorável à decisão que analisa?

Não. Um artigo científico que demonstra os limites ou os equívocos de uma decisão pode ser tão (ou mais) valioso quanto um que a defende. A crítica fundamentada é um dos motores do avanço do conhecimento jurídico. O que o artigo não pode fazer é ser arbitrariamente crítico sem fundamentação sólida. A posição do autor — seja favorável, contrária ou matizada — deve ser sustentada pela revisão de literatura e pelo raciocínio analítico desenvolvido ao longo do texto.

Quanto tempo leva, em média, para transformar uma decisão em artigo?

O tempo varia conforme a complexidade do tema e a experiência do autor. Para autores iniciantes, com apoio das oficinas da EMERON, um ciclo completo (da triagem à submissão) pode levar de 3 a 6 meses. Para autores com experiência em escrita acadêmica, o prazo tende a ser de 4 a 8 semanas. As oficinas semestrais da EMERON oferecem um ambiente estruturado que reduz esse tempo ao fornecer suporte metodológico e revisão por pares ao longo do processo.

Como escolher entre submeter para a Revista da EMERON ou para um periódico externo?

A Revista da EMERON é a porta de entrada ideal para autores em início de trajetória acadêmica ou para trabalhos com forte componente regional (por exemplo, análise de fenômenos jurídicos específicos de Rondônia ou da Amazônia Legal). Periódicos externos Qualis A1-B1 são mais adequados para temas de grande relevância nacional ou internacional, com revisão de literatura robusta e contribuição teórica mais ampla. O Módulo 2 orienta essa escolha a partir do mapeamento do periódico-alvo mais alinhado ao tema e ao público pretendido.



Opção 1 - Revista da EMERON

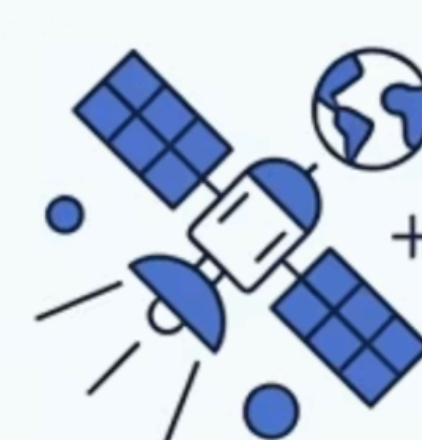
Autores acadêmicos iniciantes

Forte componente regional

Rondônia ou Amazônia Legal

Suporte institucional

Início da trajetória



Opção 2 - Periódicos Externos Qualis A1-B1

Grande relevância nacional/internacional

Revisão de literatura robusta

Contribuição teórica ampla

Vasto público acadêmico

Referências

Todo o conteúdo deste manual está fundamentado nas seguintes obras e documentos:

- 01 — Barreyro & Lima
(2022)
BARREYRO, Gladys Beatriz; LIMA, Manolita Correia. Internacionalização da Educação Superior: agentes e políticas. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 38, n. 3, pp. 1-21, set./dez. 2022.
- 02 — Demo
(1997)
DEMO, Pedro. Pesquisa: princípio científico e educativo. 5. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- 03 — EMERON
(2025)
EMERON. Relatório de Entrega: Ferramenta de Conversão Científica. Porto Velho: Escola da Magistratura de Rondônia, 2025.
- 04 — Libault
(1971)
LIBAULT, André. Os quatro níveis da pesquisa geográfica. Métodos em Questão, São Paulo, n. 1, pp. 1-14, 1971.
- 05 — Wiebusch & Rosário Lima
(2018)
WIEBUSCH, Andressa; ROSÁRIO LIMA, Valderez Marina do. Inovação nas práticas pedagógicas no ensino superior: possibilidades para promover o engajamento acadêmico. Educação Por Escrito, Porto Alegre, v. 9, n. 2, pp. 154-169, jul./dez. 2018.

EMERON

Escola da Magistratura de Rondônia

CEPEP

NUPEP

PORTO VELHO – 2026

A transformação começa quando juristas que já são pesquisadores passam a se reconhecer como tal – e encontram o método para compartilhar seu conhecimento com o mundo.

Metodologia de Conversão Técnico-Científica (MCTC)
Da Decisão Judicial à Produção Científica de Alto
Impacto

